



MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

www.mppe.mp.br - tel (81) 3182.7000

Procuradoria Geral de Justiça

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Defesa da Infância e Juventude

Av Suassuna, 99, Edif. Paulo Cavalcanti - Bairro Boa Vista, CEP 50.050-540, Recife / PE. / Fone: (81) 99240-1365 .

Caso responda esse ofício, indicar expressamente o número do processo SEI MPPE.

SEI MPPE NUP: 19.20.0239.0012876/2024-24 **DOCUMENTO:** 0952061

OFÍCIO Nº 50/2024 - PGJ/GABPGJ/CAOIJ

Recife, 30 de maio de 2024.

Exmos. Membros e Exmas. Membras do Ministério Público de Pernambuco,

Com cordiais cumprimentos, e em atendimento à solicitação da Presidência da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, servimo-nos do presente para encaminhar e cientificar Vs. Exas. quanto à decisão proferida nos autos da Reclamação nº 61.876/RJ, referente ao uso de algemas em caso de apreensão de adolescentes por ato infracional.

Salientamos que o inteiro teor do acórdão poderá ser consultado no sítio eletrônico da Corte (www.stf.jus.br - menu jurisprudência), após sua publicação.

Atenciosamente,

Aline Arroxelas Galvão de Lima
Promotora de Justiça - Coordenadora do CAOIJ



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ARROXELAS GALVÃO DE LIMA**, Coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Defesa da Infância e Juventude, em 30/05/2024, às 11:28, conforme art. 2º, I, "b", da Resolução PGJ 011/2018, publicada no Diário Oficial Eletrônico do MPPE, de 07/06/2018.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://mppe.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando-se o código verificador **0952061** e o código CRC **FF91AA2B**.